

A reviravolta que Tancredo prometeu

ALOYSIO BIONDI

Não é "conservadora", como se temia, a proposta de política econômica do Presidente Tancredo Neves, exposta na primeira reunião do seu Ministério, através do discurso lido pelo Vice-Presidente, José Sarney. Os céticos poderão argumentar que as insistentes alusões presidenciais — miséria, concentração da renda, problemas sociais, enfim, seriam apenas figuras de retórica, destinadas a aumentar um clima de expectativa que favoreça o desempenho do Governo, nestes seus primeiros meses de mandato. Acontece, porém, que as propostas não se esgotam em generalidades, descendo, ao contrário, a questões específicas capazes de demonstrar as intenções "mudancistas" do Presidente (se elas deverão ou não concretizar-se é outra questão).

A mais significativa dessas demonstrações no discurso do Presidente é representada, sem dúvida alguma, pela definição do que Tancredo Neves entende como "retomada do crescimento" que, para ele, "significa criar empregos", tarefa para a qual se pretende orientar a aplicação daquela parcela dos fundos públicos hoje desperdiçada em obras adiáveis, consumo injustificado e programas de baixo ou nenhum rendimento". A essa conceituação, some-se ainda a decisão, já anunciada, de formar uma comissão para rever o sistema de "incentivos fiscais concedidos pelo Estado e direcionados pa-

ra regiões menos desenvolvidas e setores da economia necessitados de estímulo. Tratando-se de recursos limitados, devem ser imediatamente concentrados em atividades prioritárias, sobretudo as que criem novos empregos nessas regiões".

Qual a importância dessas colocações? Se essas diretrizes forem implantadas, o Brasil estará finalmente abandonando o chamado "capitalismo selvagem" dos últimos anos, que não se caracteriza, como muitos ainda pensam, pela sucessão de "escândalos", e sim pela monstruosa política econômica de incentivo e subsídios a grandes grupos, com distribuição de benesses e privilégios às custas do Tesouro e da Nação. Um modelo concentrador da renda, que nada tem a ver com o sistema capitalista, e que resultou na eternização dos problemas sociais por uma pretensa falta de recursos — canalizados, aos borbotões, para os "sócios do poder". Agora, o novo Presidente diz que os recursos devem ser destinados prioritariamente à criação de empregos (uma forma de redistribuir a renda) e "atendimento das carências básicas da população" (idem). O Tesouro já não deverá "doar" fortunas a estaleiros, exportadores, usineiros, grandes latifundiários, especuladores nas bolsas de mercadorias, industriais "progressistas", como feito nos últimos anos, sempre em nome do "interesse nacional".

Uma autêntica reviravolta, ainda mais importante quando se sabe que, por paradoxal que pareça, as pressões para a manutenção do "modelo" atual vinham sendo exercidas até mesmo por economistas e empresários tradicional-

mente ligados à oposição. Realmente, no debate econômico recente, foram freqüentes as entrevistas e artigos, desses economistas e empresários, marcados pela mesma "obsessão estatística" do Ministro Delfim Netto. Mais claramente: até aqueles que ontem criticavam as altas taxas de crescimento do PIB a um tremendo custo social insistiam agora na necessidade de o País crescer seis por cento a sete por cento ao ano, colocando o "crescimento" como um fim em si mesmo. Pior ainda: passou-se a defender a tese de que a prioridade absoluta para a economia brasileira era a "modernização de sua indústria", a fim de que ela não ficasse "tecnologicamente obsoleta", e corresse o risco de "perder o poder de competição no mercado mundial".

Na prática, essas teses pediam a eternização da política de incentivos e subsídios aos grupos empresariais — inclusive com vistas à automação indiscriminada, que agravaria o problema do desemprego e da concentração da renda no País.

O Presidente eleito manifesta a intenção de sepultá-las, priorizando a criação de empregos e a redistribuição da renda, chegando-se à ampliação do mercado interno, como forma de sustentar o crescimento econômico. Resta ver, como seu Governo resistirá às pressões que a nova estratégia certamente vai desencadear.